

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Teoria do Estado, abordagem estratégico-relacional e economia política cultural – contribuições de Bob Jessop para a compreensão da crise capitalista contemporânea e suas metamorfoses			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Pedro Mendes Loureiro	Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	Mestre
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Explora-se a contribuição de Bob Jessop para a compreensão do desenrolar da crise contemporânea. Apresentam-se alguns elementos teóricos construídos pelo autor ao longo de sua obra para, no final, esboçar como podem iluminar certos aspectos da atual conjuntura. Especificamente, propõe-se primeiro uma forma de conceituar a relação entre o político e o econômico, destacando a necessidade de suportes extraeconômicos adequados para a regularização da acumulação de capital, bem como se avança a hipótese de que o recente reforço das seletividades estratégicas dos aparatos políticos em benefício do capital tenham reduzido a capacidade hegemônica dos mesmos. Em seguida, investiga-se como a contradição entre valor de uso e valor tem se expressado nas diferentes formas econômicas e sociais com crescente ênfase em sua dimensão abstrata (valor), apontadas as instabilidades daí advindas pela ignorância dos requisitos de fixidez espaço-temporais da acumulação. Aponta-se também a possibilidade de interpretar a dimensão global da crise através do paradigma do capitalismo variegado. Por fim, exploram-se certos elementos semióticos da crise contemporânea, buscando-se destacar como diferentes discursos de interpretação e contestação da crise são reflexivamente mobilizados à medida que ela se transforma. Destaca-se o impasse das relações econômicas e políticas ora experimentado. Encerra-se esta comunicação com uma proposta de posicionamento político sugerida pela análise desenvolvida.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Bob Jessop; teoria marxista do Estado; crise			
ABSTRACT			
<p>We explore Bob Jessop's contribution to understand the unfolding of the contemporary crisis. We present some theoretical elements the author developed throughout his works in order to outline how they may cast light on certain aspects of the current conjuncture. Specifically, we first propose an approach to the relationship between the economic and the political, highlighting the need of adequate extra-economic supports to regularise capital accumulation. We also advance the hypothesis that the recent strengthening of the strategic selectivities of political apparatuses in favour of capitalist interests has reduced their hegemonic capacities. We then investigate how the contradiction between value and use-value has been expressing itself in the various economic and social forms with a growing emphasis on its abstract pole (value). We point out the instabilities that therefrom arise due to the disregard for the spatio-temporal fixities capital accumulation requires. We also indicate the possibility of interpreting the global dimension of the crisis through the paradigm of variegated capitalism. At last, we explore certain semiotic elements behind the crisis, with the aim of highlighting how different discourses interpreting and contesting the latter are reflexively mobilised as it unfolds. The ongoing stalemate of economic and political relations is spotlighted. The paper ends with a general outline of a political stance suggested by our analysis.</p>			
KEYWORDS			
Bob Jessop; Marxist state theory; crisis			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, o marxismo e o Estado			

1 Introdução

Pretende-se, com este texto, comentar o potencial que a obra de Bob Jessop tem para iluminar certas dimensões da crise contemporânea. Trata-se de autor que inicia seus trabalhos em meados da década de 1970, trabalhando dentro das teorias marxistas do Estado. Com forte inspiração em Poulantzas, parte de teorização altamente abstrata, como era comum à época, tendo sempre buscado fazê-lo de maneira antirreducionista (JESSOP, 1990, p. 4). Ao longo do tempo foi gradualmente incorporando à crítica marxista da economia política outros referenciais teóricos, em desenvolvimento do que viria a chamar de “abordagem estratégico-relacional” – a expressão mais consolidada da qual pode ser encontrada em *Statepower: a strategic-relational approach* (JESSOP, 2007). Esta abordagem, aplicada ao estudo do Estado, pode ser vista como “o processo metateórico, teórico e empiricamente embasado de elaborar as implicações” da proposição poulantziana de que o Estado é uma relação social (JESSOP, 2007, p. 1). Ao contrário de boa parte das teorias marxistas da época (como o próprio Poulantzas), não considera que o Estado capitalista tenha caráter de classe dado *a priori*, mas que seriam necessárias práticas concretas para que assim viesse a ser; por outro lado, tampouco vê o Estado como instrumento neutro, mas sim a possuir seletividades estruturais ou estratégicas que jamais o fariam igualmente acessível às várias forças. Suas quatro “fontes formadoras” principais, para além da crítica à economia política, são, no campo mais direto da teoria do Estado, a teoria política alemã do pós-guerra (particularmente o debate derivacionista), as contribuições de Gramsci e, principalmente, Poulantzas; dentro da economia, a Escola da Regulação; a análise crítica do discurso e a semiose; e a moderna teoria de sistemas autopoieticos.

Trata-se, assim, de autor que sempre trabalhou entre a teoria do Estado marxista e a crítica à economia política. Neste sentido, potencialmente oferece uma visão ampla dos desenvolvimentos econômicos e políticos por detrás da atual crise, que pode portanto servir de base para uma crítica concreto-complexa da atual conjuntura. Com o intuito de explorar esse potencial, colhem-se alguns elementos teóricos desenvolvidos pelo autor para depois esboçarem-se certas possibilidades de aplicação dos mesmos na interpretação e resposta à crise contemporânea. Especificamente, começa-se por apresentar uma conceituação da relação entre o político e o econômico, com destaque para as formas do capital e do Estado. Em seguida, investiga-se a interrelação entre os momentos abstratos e concretos do circuito do capital, tal qual expressa em uma série de relações sociais como desdobramento da contradição entre valor e valor de uso presente na mercadoria. Adentra-se, nesta esteira, uma reflexão sobre a espacialidade e temporalidade da acumulação, destacada a necessidade de compatibilizar os requisitos de fixidez espaço-temporal do capital com seus fluxos abstratos. Apresenta-se então uma forma de abordar as relações político-econômicas internacionais ou transnacionais, nomeadamente a do capitalismo variegado, que investiga a reprodução do mercado

mundial como horizonte último da produção capitalista através diferenciação de variedades de capitalismo e formações sociais. Procede-se à integração de elementos semióticos no processo de interpretação e contestação de crises, destacando-se a importância dos discursos e imaginários econômicos na definição das trajetórias de construção institucional e na definição da economia como um objeto de regulação. Na quinta seção esboçam-se algumas possibilidades de utilização do referencial teórico anteriormente apresentado para compreender as origens, transformações e perspectivas da crise atual. Por fim, os comentários finais trazem uma proposta de orientação política decorrente da análise sugerida neste texto.

2 Sobre a relação entre o político e o econômico

Como um primeiro passo para caracterizar a interação entre as diferentes dimensões sociais sob o capitalismo, observa-se que os fenômenos econômicos são processos institucionalizados que não podem ser analisados unicamente em termos de relações mercadológicas abstratas. É necessário, por outro lado, considerar os fatores econômicos e extraeconômicos que garantem a reprodução do capital como uma relação social. Isto é, a reprodução econômica não se dá em uma esfera autocontida e autossuficiente, mas depende substantivamente de elementos diversos. Dentre estes, as determinações centrais referem-se à reprodução das mercadorias fictícias (POLANYI, 2000), particularmente a força de trabalho (além da natureza, do dinheiro e do conhecimento), ao mesmo tempo central para a acumulação e não compreendida inteiramente dentro da esfera econômica. Isto é, tem a forma de uma mercadoria, mas não é produzida através de processo de trabalho orientado para o lucro e com dinâmica a reduzir seu custo e racionalizar sua produção; é, por outro lado, reproduzida em grande medida através de uma série de relações e instituições extraeconômicas, e só aparece como mercadoria se as pessoas são induzidas ou coagidas a participarem do mercado como vendedoras de força de trabalho.

Para além disso, deve-se observar que i) a substância do valor é o trabalho abstrato, que para ser incorporado depende da capacidade de o capital controlar o trabalho, o que por sua vez depende da luta de classes; ii) os vários momentos do circuito do capital têm unidade apenas formal, que para se tornar substantiva depende da coordenação de suas diferentes instâncias – coordenação que, operando através do mercado, é anárquica e inerentemente propensa a crises; e iii) a dinâmica da acumulação depende de vários fatores extraeconômicos, como o sistema político e legal (JESSOP, 1983). Assim, pelo fato de as relações econômicas serem influenciadas por condições que não determinam – inclusive na relação central do capitalismo, entre capital e trabalho –, o econômico não pode ser determinante em instância alguma e nem se reproduzir de forma autorregulada, mas é, ao contrário, objeto de regulação (JESSOP, 2002a, p. 11-14). Em outros termos, a forma valor é subdeterminada – embora dê os parâmetros essenciais da relação do capital, ela não determina

inteiramente o curso da acumulação e a luta de classes. Dentro deste espaço, é possível integrar determinações mais concretas ou complexas, desde que adequadamente assentadas na lei do valor¹.

Já quanto ao Estado, trata-se também de uma relação social de forma determinada que, como se buscará mostrar adiante, é igualmente subdeterminada (1983, p. 98-101). Baseando-se na formulação seminal de Poulantzas que o poder de Estado é uma relação social (POULANTZAS, 1977, 2000), Jessop desenvolve a seguinte definição do Estado:

um conjunto relativamente unificado, socialmente inserido e enraizado, socialmente regularizado e estrategicamente seletivo de instituições, organizações, forças sociais e atividades organizadas em torno de (ou pelo menos envolvidas em) fazer decisões vinculativas para uma comunidade política imaginada (JESSOP, 2002a, p. 40).

Neste sentido, o Estado não é um instrumento neutro igualmente acessível às diferentes forças sociais que se puserem à sua frente, e nem tampouco uma estrutura intrínseca e inescapavelmente capitalista que se reproduz às costas dos agentes. O exercício dos poderes estatais é, por outro lado, “uma condensação de forma determinada do equilíbrio de forças políticas a operar dentro e para além do Estado” (JESSOP, 2002a, p. 40). O poder estatal não é, assim, exercido pelo próprio Estado, como sujeito, e nem é definido unicamente por fatores internos a este, mas constitui uma relação mediada através da institucionalidade do Estado – tal qual o capital é uma relação social mediada por coisas. Adicionalmente, isto faz necessário que qualquer teoria do Estado seja pensada junto a uma teoria da sociedade (JESSOP, 2007, p. 1). Nestes termos, o Estado é amplamente influenciado pela forma valor, uma vez que teria como principal característica sua separação do circuito do capital – propiciada pela ausência, em termos formais, da coerção do processo de produção capitalista. Ao mesmo tempo, o capital precisa do Estado para prover condições extraeconômicas fundamentais, posto que a acumulação depende de uma combinação mutável de relações sociais internas e externas à forma valor. Contudo, a própria separação do Estado da produção problematiza essa função por permitir deslocamentos entre as práticas estatais e as necessidades do capital. Como, ademais, o conceito de Estado não se localiza no mesmo plano teórico daquele do modo de produção capitalista, mas sim no plano das formações sociais, pode-se dizer que é também o caso de uma forma subdeterminada que precisa ser mais bem especificada por conceitos estratégicos de maior concretude e complexidade (JESSOP, 1983, p. 107). E torna-se imperativo ver em quais condições há ou não correspondência entre as características do Estado e da acumulação.

Um primeiro ponto nesta linha é a consideração de que a forma do Estado problematiza sua funcionalidade para o capital, conforme autores de alguma forma associados ao debate derivacionista (*Staatsableitungsdebatte*) sugeriram. Tuschling indicara que sua forma *rechtsstaatlich* (Estado legal) concede certa indeterminação às suas ações, dado que as necessidades

¹ Seguindo o processo de construção teórica que Jessop propõe (1982), em que os conceitos de diferentes graus de abstração e complexidade devem ser compatíveis entre si. No caso, os conceitos estratégicos não podem ferir a lei do valor, mas devem assentar-se nela e superar relativamente sua subdeterminação, crescendo em concretude ou complexidade.

da economia devem ser expressas em formas legais, e não diretamente no Estado. Assim, a atuação estatal não necessariamente garantirá a acumulação, mas isso depende de como as leis de movimento do capital se expressem na correlação de forças e esta se expresse no Estado (JESSOP, 1982, p. 86-87). Hirsch(1977)propusera que as diferentes pressões colocadas ao Estado, como garantir as condições da acumulação não providas pelo mercado, manter a subordinação das classes dominadas e organizar as classes e frações de classes dominantes em bloco no poder, têm dimensões contraditórias entre si. Ademais, a forma básica do Estado capitalista, separado que é da produção privada, dependente de impostos gerados pela produção capitalista (Estado-imposto, ou *Steuerstaat*) e organizado como um poder independente e formalmente neutro em termos de classe, põe em questão sua capacidade de agir em benefício do capital. A própria separação do núcleo econômico faz com que suas ações sejam sempre reativas e indiretas e, portanto, potencialmente ineficazes – um importante argumento nesse sentido é que o Estado não age sobre condições econômicas, mas sim sobre as repercussões políticas de tais condições (JESSOP, 1982, p. 101-106). Já Offe(1984) argumenta que o Estado deve ter coerência interna para formular um programa que não se reduza às demandas particularistas dos capitais e que exclua demandas anticapitalistas, ao mesmo tempo em que consiga fazer-se passar por um defensor do interesse geral e seja democraticamente legítimo – o que expressa contradição entre acumulação e legitimidade burguesa. Traz contribuição importante, subscrita por Jessop, de que crescentemente a dimensão econômica e a forma mercadoria têm dependência em esferas extraeconômicas e outras dimensões não sujeitas à forma valor. Isto implica potenciais de crise para o sistema, via politização das relações econômicas, desenvolvimentos de critérios alternativos para a distribuição dos valores de uso, crises fiscais e crises da ação estatal e de legitimidade (JESSOP, 1982, p. 106-112).

Uma vez que Jessop considera que o caráter de classe e a unidade do Estado não são garantidas e, ainda mais, em vista de que sua forma tende a problematizar sua funcionalidade para a acumulação, o estudo de como em *determinadas conjunturas* se observa a unidade do Estado e a conformação de bloco no poder afigura-se como necessidade insuperável na investigação da relação entre o político e o econômico. Em vista disso, abre-se um espaço teórico para investigar em maior concretude e complexidade o Estado e o capital, o que Jessop busca responder com uma série de conceitos estratégicos de grau de abstração intermediário.

Antes de apresentar estes conceitos cabe, contudo, primeiro expor as concepções de determinação, dominação e hegemonia econômica, bem como a dominância ecológica do econômico(JESSOP, 2002a, p. 22-30, 1983, p. 90-94). A determinação econômica é um atributo sistêmico da operação da economia, e refere-se à primazia da produção sobre o circuito do capital como um todo. Isto é, o valor só é gerado a partir do trabalho vivo, e o curso da acumulação de capital se dá sob dominância da lei do valor. Disso não decorre que o capital produtivo, ou

capitalistas associados ao mesmo, desfrutam de qualquer poder ou liderança sobre a economia e a formação social. Indica, “apenas”, que o circuito do capital *total* tem dependência estrutural e insuperável com relação à produção de valor.

Já a dominação econômica refere-se às dimensões institucionais e organizacionais do poder estrutural na economia e à relação entre agentes econômicos e forças extraeconômicas. Trata-se, por um lado, da capacidade de uma fração do capital, uma firma, um cartel ou similar *impor* seus interesses imediatos sobre o restante da economia. Isso tem de ser compatível com a valorização do capital produtivo no longo prazo, sob pena de gerar crise de acumulação, e a maneira de equacionar a dominação econômica com a valorização do capital produtivo é uma importante diferenciação entre os capitalismo. A segunda dimensão do conceito refere-se à capacidade de o capital (ou uma fração sua) *impor* às outras ordens institucionais um padrão evolutivo que interesse à acumulação, seja por puro poder econômico estrutural ou por capacidades estratégicas específicas. Isso se dá através de poderes de veto do capital, extensão das relações mercantis a novos campos e imposição de uma lógica mercadológica e da busca de lucros em setores que permanecem não-comerciais.

Quanto à hegemonia econômica, está mais ligada à liderança econômica de uma fração do capital e à capacidade de incorporar ao seu projeto as demais frações e, até mesmo, de forma subsidiária, as classes subalternas. Envolve, como já exposto em Poulantzas (1977, p. 133-137), a constituição dos interesses da classe ou fração hegemônica como o interesse geral, bem como a preponderância de tais interesses sobre os demais, além de concessões específicas às outras frações e classes. Constitui a base para um compromisso institucionalizado entre diferentes frações do capital e forças opostas, construindo discursivamente um “interesse econômico geral” imaginado e materialmente oembasando. Deve-se notar que, ao contrário de posições que essencializam os interesses (de classes, de grupos, do capital), a abordagem estratégico-relacional sempre os considera emergentes do processo de confronto; nesse sentido, são tanto relacionais, na medida em que se definem com relação aos outros agentes, como também relativos aos diferentes horizontes espaciais, temporais e estratégicos (JESSOP, 2002a, p. 30, 1983, p. 95, 1982, p. 252-259). A hegemonia econômica existe dentro do quadro de uma estratégia de acumulação de sucesso² – é a característica por excelência da fração do capital hegemônica neste projeto.

Por fim, a dominância ecológica do econômico (2002a, p. 24-28, 2010c, p. 73-81) especifica a relação desta com outras esferas. Trata-se de um dos mecanismos através dos quais a acumulação se estabelece como o princípio de societalização dominante. Refere-se à capacidade da esfera econômica imprimir sua lógica de desenvolvimento nos outros sistemas em maior medida que o

²Sobre estratégias de acumulação, ver adiante.

inverso, sem descurar de influências recíprocas³. É um conceito relativo e contingente, que comporta diferenças quantitativas ao longo do tempo e em relação a cada dimensão em questão. Há dependência de trajetória na forma como os sistemas se associam, e as outras esferas afetam o econômico também, principalmente ao moldarem oportunidades de lucro. Resumidamente, a dominância ecológica

refere-se à capacidade de um dado sistema [...] imprimir sua lógica de desenvolvimento na operação de outros sistemas através de interpenetração, pareamento estrutural, coevolução cega, deriva estratégica e coordenação estratégica em maior medida que os outros sistemas podem impor suas respectivas lógicas naquele (JESSOP, 2010c, p. 74).

Nota-se que a dominância ecológica de um sistema não nega a possibilidade de que outros sistemas venham a assumir primazia durante períodos curtos – como é o caso particularmente durante guerras.

A dominância ecológica seria favorecida por cinco características de um sistema: complexidade estrutural e operacional a conceder liberdade para se atingir certos objetivos; capacidade de continuar operando, com possível recurso a automodificação, em várias condições e sob efeito de perturbações externas; capacidade de expandir e comprimir tempo e espaço e aproveitar ao máximo as oportunidades para autorreprodução; capacidade de resolver, jogar para o futuro ou para o resto do ambiente suas contradições e dilemas internos; e capacidade de fazer outros agentes reconhecerem as necessidades desta esfera como centrais para a reprodução do sistema como um todo. Ocorre que o econômico tem precisamente essas características. A dinâmica concorrencial é uma força poderosa na acumulação, que faz transformar pressões extraeconômicas em busca por oportunidades de lucro e expande a capacidade de autotransformação do sistema, o que aumenta sua resiliência. A heterogeneidade das forças econômicas, sua complexidade organizacional e a reflexividade de seu comportamento também facilitam a adaptação a modificações externas. Nesta linha, é proposto que a maior capacidade de compressão e distensão do espaço-tempo do capital financeiro sob o neoliberalismo – a lhe permitir circundar ações em seu prejuízo e exigir práticas e formas benéficas (inclusive estatais) – seria um determinante da maior centralidade atual da acumulação como princípio de societalização, donde a mais intensa “colonização econômica” de diversas outras esferas como suportes extraeconômicos da relação do capital.

Passa-se em seguida à análise dos conceitos de estratégia de acumulação, projeto de Estado e projeto hegemônico. Uma estratégia de acumulação indica um modo de crescimento com várias condições extraeconômicas e uma estratégia geral capaz de realizá-lo, que deve ser capaz de unir os diferentes momentos do circuito do capital sob a liderança de uma fração. Isto implica garantir certos interesses e a reprodução das diversas frações do capital, enquanto a hegemônica mantém

³ Dois exemplos seriam os estadistas levarem em grande consideração o impacto econômico de suas ações, ou outras esferas da vida social trocarem modos de cálculo e subjetividades que lhes são próprias por aquelas da economia.

para si maior controle das decisões de alocação de capital que sejam particularmente de seu interesse. Compreende tanto uma trajetória econômica específica, com determinações temporais, espaciais, distributivas e afins, como uma estratégia aceita para persegui-la, e sempre distribui privilégios de forma que beneficie certas frações e marginalize outras. Nisto, a ideia de um interesse econômico geral é de particular importância para a acumulação (JESSOP, 1990, p. 152-155), pelo fato de que o circuito do capital compreende uma unidade contraditória em que o interesse do capital em geral, embora interdependente com os interesses de capitais particulares, pode entrar em conflito com vários destes. Por exemplo, para a continuidade da acumulação pode ser necessário eliminar capitais individuais, bem como estes não tendem a tomar ações que sejam individualmente desinteressantes mas lucrativas para o capital em geral. Daí a importância de existir um interesse geral que não seja simplesmente a soma dos interesses particulares, que seja uma “vontade geral” e não uma “vontade de todos”. Novamente, trata-se de contradição que não se resolve ao nível abstrato, mas sim através de práticas e estratégias mais concretas. E a possibilidade de sucesso de uma estratégia é tanto maior quando a fração hegemônica for também dominante economicamente – isto é, “a reprodução ampliada do capital é melhor vista como ‘hegemonia econômica encorajada de dominação econômica’” (JESSOP, 1983, p. 93).

Por fim, deve-se notar que não há uma única estratégia de acumulação em cada momento histórico ou uma única tática utilizada para persegui-la. Há, na verdade, uma pluralidade de estratégias com diferentes probabilidades de sucesso em uma conjuntura, e mesmo quando se encontre uma hegemônica pode haver uma série de estratégias paralelas ou contrárias em busca de afirmação. Nota-se que a hegemonia será tanto mais forte quanto melhor conseguir integrar outras estratégias dentro de sua própria. E, no campo das táticas, deve haver uma pluralidade das mesmas a serem perseguidas via tentativa e erro de forma a equilibrar os interesses dos diferentes capitais e das forças sociais. Esta questão da pluralidade de estratégias de acumulação e seus diferentes graus de institucionalização ressalta que, se uma estratégia hegemônica consegue imprimir certa unidade ao circuito do capital e organizar os interesses em torno de um interesse geral, esta regularização da acumulação é sempre parcial, provisória e instável.

Quanto ao Estado, cabe primeiro distinguir entre a unidade de seu aparato e sua unidade de classe, para o que se introduz o conceito de projeto de Estado. Antes que se possa dizer sobre a unidade de classe da atuação estatal, é necessário investigar se este Estado tem unidade interna que lhe permita agir em qualquer sentido ou se o mesmo resume-se a diferentes e conflitantes instituições que não interagem adequadamente e acabam anulando-se umas às outras (JESSOP, 1990, p. 7-9). Na verdade, é necessário questionar a própria existência do Estado em sua divisão com o “não Estado”, particularmente no que concerne sua característica fundante sob o capitalismo – o *modo específico* como se particulariza do econômico. A princípio, o Estado só existe como um

sistema parcialmente aberto, uma multiplicidade de aparatos com fronteiras impossíveis de serem delimitadas (JESSOP, 1990, p. 346) e sem qualquer unidade que permita falar de o Estado. É somente empregando a noção de projetos de Estado, sempre no plural, que se pode pensar alguma unidade mais substantiva do aparato. Assim, o Estado é um fenômeno emergente que se produz através das práticas que tentam impor alguma unidade em seus diferentes ramos; trata-se de processo que deve ser continuamente reproduzido, será sempre parcial e marcado pela existência de diferentes projetos conflitantes (JESSOP, 1990, p. 9). Nestes termos, o Estado é um terreno estratégico cujos limites constantemente se alteram, e sua existência se dá na medida em que haja a realização parcial de projetos conflitantes (JESSOP, 1990, p. 292-293).

Quanto aos projetos hegemônicos, em diferença às estratégias de acumulação, não necessariamente têm o econômico como preocupação principal, e nem precisam referirem-se primordialmente a relações de classe (conquanto sempre tenham relevância de classe). Ainda assim, são constrangidos e facilitados pelo processo de acumulação de capital – logo, “precisam estar adaptados ao estágio do capitalismo (liberal, monopólio simples, monopolista de Estado), ao contexto internacional que os capitais nacionais particulares enfrentam, à específica correlação doméstica de forças e à margem de manobra concedida pelo potencial produtivo da economia” (JESSOP, 1982, p. 243-244). E os projetos hegemônicos têm diferentes graus de inclusividade, podendo-se distinguir entre estratégias *onenatione twonations*, aquelas sendo mais expansivas e pluralistas enquanto estas, mais prováveis em períodos de menor margem de manobra econômica, baseiam-se em um discurso de antagonismo, uma repartição mais desigual dos custos e maior repressão (JESSOP, 1982, p. 242-245)(JESSOP, 1985, p. 347-353).

A realização de um tal projeto depende de três fatores chave: determinações estruturais, orientação estratégica e relação com a acumulação. A determinação estrutural, associada à seletividade estratégica inscrita em determinada forma estatal, é a primeira condição, e particularmente relevante no médio prazo – por isso que a conquista hegemônica, se tem um aspecto ideológico e moral, deve ter também um projeto de longo prazo de reorganização do Estado que ofereça privilégios estruturais à força em questão. Isto está relacionado à viabilidade dinâmica de um projeto e sua capacidade de responder a flutuações na correlação de forças, o que por sua vez se associa à capacidade de associar os interesses e estratégias subalternas aos interesses e à estratégia de longo prazo da fração hegemônica. E embora os projetos hegemônicos não precisem ter o econômico como primeira preocupação, tudo o mais constante eles têm maior probabilidade de sucesso quando conseguem garantir retornos materiais às classes subordinadas, para o que uma relação funcional à estratégia de acumulação é benéfica. Todas as três dimensões que alteram a probabilidade de sucesso de um projeto hegemônico, associadas às seletividades estruturais das formas estatais capitalistas, fazem tender a balança no sentido de beneficiar projetos hegemônicos

burgueses, ao mesmo tempo em que requerem que projetos subalternos visem a transformação da forma estatal para terem viabilidade no médio prazo.

3 Da unidade contraditória entre valor e valor de uso e sua expressão mais ampla

Outra dimensão de relevância compreende a relação entre os momentos abstratos e concretos do circuito do capital, inclusive em sua interação com o espaço. Jessop propõe que a contradição básica inscrita na forma mercadoria, entre valor de uso e valor, expressa-se em todo o circuito do capital e reproduz-se nas formações sociais mais amplas (JESSOP, 2002a, p. 16-21, 2001, p. 87-90, 2007, p. 38). Várias formas sociais refletem a dualidade, entre as quais Jessop elenca a força de trabalho como, respectivamente em suas dimensões de valor e valor de uso, fator de produção substituível e fonte de mais-valor frente a habilidades e conhecimentos específicos e fonte de identidade ou orgulho para os trabalhadores; salário como custo de produção e meio de se conseguir trabalho concreto necessário para a produção frente a fonte de demanda efetiva e meios de satisfazer as necessidades numa economia mercantil; dinheiro como capital portador de juros, crédito, dinheiro internacional e expressão máxima do capital em geral frente a medida do valor, reserva de valor, meio de troca, dinheiro nacional e moeda de curso legal e forma geral do poder na sociedade; capital produtivo como valor abstrato em movimento disponível para aplicação específica futura e fonte de lucros de empreendedor frente a estoque de ativos específicos a serem valorizados em espaços e tempos específicos e habilidades empresariais e administrativas concretas; terra como dote livre da natureza e propriedade alienada(ável) e fonte de renda frente a recursos livres e não-cultivados e recursos naturais transformados; conhecimento como propriedade intelectual e risco monetizado frente a *intellectualcommons* e incerteza; e o Estado como capitalista coletivo ideal frente a fator de coesão social.

Tratam-se de contradições estruturais e inerentes à relação do capital, que não podem ser jamais eliminadas. Não obstante, o peso relativo das duas dimensões e a forma como se lida com essa unidade contraditória variam amplamente entre as formações sociais e é importante critério na definição de periodizações e dos potenciais de crise. Ainda que não se tenha encontrado menção direta a isto, Jessop parece ter incorporado essa dimensão em sua análise a partir da contribuição originária do debate derivacionista (MÜLLER; NEUSÜSS, 1975), através da qual os autores pretendiam demonstrar os limites à ação estatal advindos da contradição entre valor e valor de uso que se expressaria nos vários momentos do circuito do capital. Jessop explora isto profundamente, investigando de que maneira o poder de Estado e os modos de regulação implicam seletividades estratégicas a reforçar um dos lados desta dualidade em suas várias formas e como isso concorre para (des)estabilizar a acumulação. Como exemplo, indica que uma das principais fontes de tensão sob o neoliberalismo está na valorização exagerada das dimensões abstratas da relação do capital,

particularmente na dominância do capital financeiro hipermóvel, em detrimento das necessidades de fixidez e longa maturação da economia do conhecimento.

Estas considerações foram estendidas para uma discussão sobre a espacialidade da acumulação e do Estado capitalista, no que ficou inicialmente conhecido como “o debate da escala”⁴ e tem se encaminhado rumo a uma discussão mais ampla das relações socioespaciais (JESSOP *et al.*, 2008). Para tanto, Jessop (2007, p. 104-106) distingue entre os conceitos de local, espaço e escala. Local seria o espaço de relações diretas, cara a cara, amplamente ligado à memória coletiva e identidade social, com seletividades estratégicas em termos de identidades e interesses (favorecendo o estabelecimentos de uns sobre outros). Possivelmente estrutura conexões a outros locais ou escalas, e tem em sua delimitação, denominação e significação objeto de disputa. Quanto ao espaço, trata-se das demarcações e horizontes socialmente produzidos da vida social que implicam seletividades estratégicas no desenvolvimento de relações com dimensão temporal e espacial. Existe através das relações que o constroem, reproduzem e nele ocorrem. A escala, por sua vez, compreende a hierarquia dos diferentes espaços delimitados, como das dimensões nacional, regional e internacional. Notadamente por se tratar da interrelação entre os vários espaços, é o produto de lutas por poder e controle e o resultado, nem sempre consciente, de como as relações sociais baseiam-se na, e reproduzem a, relevância de determinados espaços. Neste estudo, é particularmente importante observar a dominância de certa escala, ou a capacidade de práticas e instituições organizadas em certa escala dominarem outras em diferentes escalas. Com isso pode-se investigar o caráter nodal de uma escala, ou o fato de constituir a dimensão principal para a realização de certas atividades em uma matriz espaço-temporal.

A partir destas definições, e remontando às bases do capital como uma relação social de forma determinada, desenvolve o conceito de fixação espaço-temporal (JESSOP, 2000, 2002b, p. 48-51, 2007, p. 8/46-47/186-189). Foi visto como Jessop considera que o capital é subdeterminado e são necessários, para que a acumulação transcorra, mecanismos relativamente mais concretos que deem coerência substantiva ao circuito do capital e à forma do Estado – como regime de acumulação, projeto hegemônico e projeto de Estado, por exemplo. A fixação espaço-temporal insere-se nestes, com uma peculiaridade. É tanto a definição da escala na qual tal coerência pode ser garantida – e, nesse sentido, “somente” uma delimitação de tal unidade – quanto uma maneira de reforçá-la, na medida em que compatibiliza os elementos temporais e espaciais do circuito do capital. A fixação espaço-temporal compreende, portanto, a delimitação espacial e temporal dentro da qual a regularização da acumulação ocorre, o que a reforça dentro deste recorte. Para fora do mesmo, ao

⁴ Ver, entre outros, (BRENNER, 2004b, 2004a; BRENNER *et al.*, 2003; BRENNER, 2009; WISSEN, 2009; JONES, 2008; JESSOP, 2000, 2002c, 2006d)

contrário, os custos do enfrentamento das contradições da acumulação de capital são *por necessidade superlativamente diferidos*. Ocorre que, na medida em que o capital tem contradições estruturais e dilemas estratégicos, que não podem jamais ser eliminados, lidar com eles em determinada escala de forma a encontrar uma correspondência parcial entre seus diversos elementos implica – como meio e como resultado – exportar tendências de crise, antagonismos e custos para além da escala em questão⁵. A questão também se associa à contradição entre valor de uso e valor, posto que a reprodução do capital depende de uma mistura complexa entre os dois, que não é garantida *a priori* – este conflito é tipicamente representado (mas não é a única forma que aparece) entre as tendências de desterritorialização do capital financeiro, com sua rápida temporalidade e fluidez, e a longa maturação dos suportes extraeconômicos da economia do conhecimento e a necessidade de fixidez espacial do circuito industrial. O conceito de fixação espaço-temporal associa-se, assim, tanto à forma específica de lidar com a necessidade de o capital ter momentos fixos no tempo e no espaço (suas dimensões de valor de uso), em contradição com suas dimensões mais abstratas, quanto com os impactos regional e temporalmente diferenciados da acumulação e das tentativas de garantir a coesão de uma sociedade de classes.

Outra questão que pode iluminar os propósitos aqui lançados é a consideração de aspectos internacionais da regularização da acumulação. Em termos mais específicos, considera-se que o estudo tenha a ganhar se for orientado para o quadro do capitalismo variegado (JESSOP, 2010a, 2012a, 2013a, 2013c, 2012b). A ideia básica da abordagem é estudar os vários padrões de acumulação, que tendem a se inserir em diferentes matrizes espaço-temporais, de forma interrelacionada. Vê-se o mercado mundial como “o pressuposto histórico e o resultado da acumulação diferencial” (JESSOP, 2013c, p. 5), que emerge da interação entre as várias formas de produção capitalista (e não capitalista), e a partir disso estuda-se “o pareamento estrutural, a coevolução, as complementariedades, rivalidades e antagonismos” (JESSOP, 2012a, p. 227) dos vários padrões de acumulação observáveis. Aborda-se explicitamente como a dinâmica de dado regime de acumulação, ou variante do mesmo, impacta as condições de existência dos demais. Isto é, enfoca-se a possibilidade das várias formações sociais e regimes de acumulação – tanto no sentido de certas combinações serem impossíveis quanto de certos regimes serem individualmente impossíveis, mas juntamente possíveis –, observando-se como o mercado mundial (o capitalismo variegado) reproduz-se através das relações entre padrões diferenciados. A abordagem busca, resumidamente, focar o mercado mundial como o horizonte último da produção capitalista e as interrelações entre as diferentes variedades de capitalismo que conjuntamente reproduzem o capitalismo global.

⁵ Deve-se notar que, mesmo na escala que a fixação compreende, os antagonismos do capital jamais serão de todo eliminados.

Dentro deste quadro é assim dada atenção a como se estabelecem complementariedades e antagonismos, incluindo “codependências patológicas”, entre variedades de capitalismo organizadas em espaços distintos. Dois pontos parecem importantes para os presentes propósitos: a noção de que fixações espaço-temporais implicam exportar custos para fora do espaço que compreendem e a dominância ecológica de uma variedade de capitalismo. O primeiro ponto decorre diretamente da discussão feita do conceito, mas serve para ressaltar a provável impossibilidade de extensão de dado regime de acumulação, ou variante do mesmo, para além de certo limite. Lembra-se, a este propósito, que duas das maneiras para lidar com as contradições e dilemas do capital são espacializar e temporalizar as mesmas (JESSOP, 2012a, p. 217). Posto que tais estratégias não resolvem as contradições, mas apenas exportam seus ônus para fora da fixação em questão, somente regularizam a acumulação nesta na medida em que o dificultam nas demais. O segundo ponto indica a assimetria entre as variedades de capitalismo e como a reprodução de uma delas, a ecologicamente dominante, tende a desestabilizar as demais⁶. Desta maneira, encaminha-se com mais clareza uma discussão de como o capitalismo se reproduz através do desenvolvimento desigual e de como a possibilidade de formação de um bloco histórico em dado tempo e espaço é decisivamente influenciada pela inserção da formação social no mercado mundial.

4 Discursos, semiose e construção institucional – a contribuição da Economia Política Cultural

Jessop tem recentemente inclinado sua produção para o desenvolvimento do que chama de Economia Política Cultural (EPC)⁷. Nota-se que não é uma mudança do objeto de estudo, mas sim uma mudança metodológica que indica a necessidade de estudar os determinantes semióticos dos vários processos econômicos e sociais (JESSOP; SUM, 2010). Ainda que só tenha vindo a redigir a questão nos seguintes termos em momento relativamente tardio de sua obra (JESSOP, 2007, p. 225-245), considera-se que desde suas primeiras observações sobre a semiose em 1982 o papel que lhe reserva é o de redução da complexidade. E, através disto, participaria da regularização da acumulação e da formulação de projetos hegemônicos, na medida em que reduz o universo teoricamente infinito de possibilidades de estratégias econômicas, objetos de intervenção e constelações de interesses a um subconjunto tratável na prática.

No contexto de uma discussão sobre a complexidade, Jessop indica que há uma infinidade de *descrições* possíveis de qualquer fato ou coisa – o que seria a complexidade epistêmica. É

⁶ Uma vez que a dominância ecológica não é um conceito absoluto, mas sim relativo, pode haver uma variedade ecologicamente dominante ao nível global (como o neoliberalismo dos EUA) e outras em escalas diversas (como a *ModellDeutschland* na UE).

⁷ O livro em coautoria com Sum (JESSOP; SUM, 2006) é o primeiro volume de uma série de dois livros. O segundo, ainda inédito, chamará *Towards cultural political economy*. Em *Statepower* (JESSOP, 2007) o autor também enfatiza os desenvolvimentos nesta direção.

necessário, conseqüentemente, a redução da complexidade para representação e compreensão do mundo – mas, em vista da complexidade ontológica da realidade, é impossível reproduzir o “real-concreto” como um “concreto-pensado” de forma exaustiva, donde se conclui que é impreterível o recurso a pontos de entrada simplificadores. E é precisamente nestes termos que a semiose entra como a construção intersubjetiva de significado capaz de interpretar e parcialmente explicar processos:

A significação fornece uma maneira de lidar com a complexidade sob a inevitável condição da seletividade compulsória, isto é, a incapacidade de se observar tudo em um mundo complexo ou, quanto menos, fazê-lo contemporaneamente e então agir com base nestas observações em tempo real (JESSOP, 2007, p. 235).

Como Jessop lança mão de larga quantidade de conceitos estratégicos, há assim espaço para considerações semióticas em boa parte de sua teoria (JESSOP, 2007, p. 47-53/236-240). Estratégias de acumulação, projetos de Estado e visões hegemônicas estariam, portanto, dentro do campo da semiose em seu papel de simplificar, compreender, construir e contestar o mundo em sua complexidade – e a partir disto agir sobre o mesmo, em processo que tem sua efetividade dada tanto por fatores semióticos quanto extrassemióticos. Abre-se também espaço para o estudo do papel de intelectuais (orgânicos) na formulação destes projetos e estratégias (JESSOP, 2002a, p. 6), momento que seria particularmente aberto a atividades *path-shaping*. Cabe notar que, na medida em que Jessop emprega uma concepção relacional da dialética entre estrutura e agência e propõe que as instituições e formas sociais tenham seletividades *estratégicas* (JESSOP, 1996), o desenvolvimento de projetos de hegemônicos, estratégias de acumulação e afins participa (embora não determine inteiramente) da própria definição e constituição dos objetos de regulação – seja no campo mais diretamente econômico, seja em outras dimensões sociais. Logo, é necessário criar um imaginário social que constitua subconjuntos de relações sociais que serão os pontos aos quais projetos concretos de societalização se aterão (JESSOP, 2003, p. 139-140).

Não obstante, o aspecto semiótico da formulação de estratégias é um dentre seus vários elementos, evitando que se caia em alguma forma de “logocentrismo” (JESSOP, 1982, p. 198-200). De fato, o autor ressalta a materialidade das relações sociais e os constrangimentos advindos de processos que não são percebidos ou compreendidos pelos atores relevantes, ao mesmo tempo em que leva a sério a virada cultural ao ressaltar as relações entre significados e práticas. Neste processo, é fundamental observar “os mecanismos semióticos e extrassemióticos que determinam a coevolução dos aspectos semióticos e extrassemióticos da economia política” (JESSOP, 2007, p. 237).

De forma mais diretamente ligada ao tema em tela, a participação de fatores semióticos no desenrolar de crises tem configurado uma preocupação central da EPC (JESSOP, 2007, 2013b). Os trabalhos desenvolvidos nesta linha têm se debruçado sobre a interrelação entre fatores semióticos e extrassemióticos na formação e sedimentação de instituições, particularmente em momentos de

crise e reestruturação. A ideia é que crises *de* um modo de desenvolvimento, como a do fordismo, representam a incapacidade de reproduzir a relação do capital segundo os canais antes estabelecidos. Estabelece-se conjuntura marcada por “profunda desorientação cognitiva, estratégica e prática ao desorganizar as visões de mundo sedimentadas dos atores” (JESSOP, 2013b, p. 237), com o conseqüente espaço para a proliferação de interpretações da crise e politização de questões tomadas como dadas. Neste momento inicial, de complexidade desestruturada, há grande importância de fatores semióticos para a variação de interpretações. À medida que se progride em direção à seleção e retenção destes discursos como base para ações sociais e sedimentação de instituições, contudo, fatores extrassemióticos tendem a ganhar em relevância. Trata-se de processo com dependência de trajetória em que as várias estratégias de interpretação, contestação e resolução de crises constantemente têm momentos semióticos e extrassemióticos, com importância variável, e são levadas a cabo em cenários com seletividades estratégicas amplamente divergentes para cada uma. Assim, a plausibilidade de dado discurso e estratégia e seu potencial de seleção e retenção dependem de como ressona com a experiência de certos grupos-chave, de como interage com a organização da mídia e com as seletividades de uma série de aparatos públicos e privados e de sua capacidade de convencer atores específicos. A depender do caráter de cada estratégia, estas seletividades serão diferentes – uma estratégia de gestão de crise orquestrada em torno da ajuda estatal a grandes grupos capitalistas baseada em supostos efeitos *trickling-down*, por exemplo, terá em princípio de convencer um menor número de agentes (ainda que muito poderosos) que uma baseada na mobilização popular de contestação ao regime e auto-organização trabalhadora. Jessop propõe que a variação, seleção e retenção de discursos e estratégias molda a trajetória da conjuntura de crise e eventualmente se pode chegar a uma nova situação de complexidade estruturada. Assim, o processo transcorre até que um conjunto de interpretações e respostas práticas restaure algum grau de compatibilidade entre as várias dimensões sociais, ou seja, quando se sair de um período de crise – o que, no quadro de uma continuidade do capitalismo, envolve restabelecer a acumulação como princípio de societalização dominante e garantir a congruência entre o regime de acumulação e a forma estatal. Deve-se notar que a funcionalidade das estratégias é um importante elemento a definir a probabilidade que sejam selecionadas e retidas, mas é longe de ser o único. Jessop coloca que:

Tudo o mais constante, interpretações mais ressonantes serão selecionadas como base para a ação, quer isso tome a forma de restauração, reformas minimalistas ou inovação radical. Mas tudo o mais raramente é constante. O poder importa. Narrativas poderosas sem bases poderosas para as quais as implementar são menos eficazes que interpretações “arbitrárias, racionalistas e voluntaristas” consistentemente levadas a cabo através do exercício do poder. De fato, períodos de crise forçosamente ilustram que o poder envolve a capacidade de *não precisar aprender com seus próprios erros* (JESSOP, 2013b, p. 241, ênfase do autor).

5 Notas para a interpretação da crise contemporânea

Apresentadas algumas posições teóricas que Jessop desenvolveu, esboça-se a seguir como

podem iluminar certos aspectos da crise contemporânea. Não se pretende com isso desenvolver propriamente interpretação da crise, mas tão somente elencar certas possibilidades que, integradas a arcabouço teórico mais amplo e dentro de perspectiva histórica, podem servir de base para uma narrativa atenta aos determinantes políticos e econômicos da mesma. Contudo, cabe antes recuperar brevemente a narrativa proposta por Jessop para o surgimento da forma estatal contemporânea nos países avançados⁸.

O argumento do autor é que o fordismo e sua forma estatal, o Estado nacional keynesiano de bem-estar (ENKBE), entram em crise conjunta em meados da década de 1970. Fatores tanto econômicos quanto extraeconômicos, presentes na maior parte dos espaços do fordismo atlântico, levaram a tanto. Os desenvolvimentos de maior importância, contudo, referem-se à internacionalização da economia e da sociedade, que desarticularam a coerência do “Estado integral” e da “economia integral”. Particularmente quando os salários passam a funcionar prioritariamente como custos internacionais de produção, ao invés de fonte doméstica de demanda efetiva, e a moeda como divisa internacional, e não dinheiro nacional, as principais estratégias de gestão de crise tornam-se ineficazes. Intervenções no lado da demanda, levadas a cabo pela influência sobre os salários e o crédito doméstico, tornaram-se disfuncionais e levaram a uma prolongada estagflação. Há, assim, um período de tentativas de resolver a situação pelos meios então postos que, por contraproducentes que se tornaram, apenas agravam a situação. A anterior congruência entre sociedades, Estados e economias *nacionais* não é mais observada – o que implica, ao fim e ao cabo, a desconstrução da economia nacional como um objeto de regularização e governança pelo Estado nacional. Jessop indica que se trata do fim da fixação espaço-temporal nacional, acompanhada por uma “crise da gestão de crises”, empregando o termo de Offe(1984). Como resultado, a profunda desorganização econômica e social que sobrevém gradualmente favorece a produção de discursos e estratégias mirando transformações mais profundas. Houve nos vários espaços, assim, processos que levaram a uma ampla reorganização da forma estatal e do regime de acumulação, determinados pelas disputas hegemônicas e como resultado do conflito de diferentes estratégias. Jessop propõe que as novas formas estatais e regimes de acumulação teriam se desenvolvido conjuntamente e viriam a ser, respectivamente, o *Schumpeterianworkfare post-national regime*(SWPR) e a economia do conhecimento. Tratar-se-iam de formas mutuamente complementares, no sentido de que suas seletividades estratégicas reforçariam umas às outras de modo que a acumulação de capital fosse novamente regularizada e governada.

Em termos substantivos, Jessop apresenta quatro tendências principais de substituição do ENKBE pelo SWPR, indicadas em cada termo dos conceitos. Referem-se à participação do Estado no circuito do capital, em suas políticas mais diretamente econômicas; à participação do estado na

⁸Os parágrafos seguintes estão baseados nos seguintes trabalhos (JESSOP, 1993, 2000, 2002a, 2006a, 2006b, 2006c).

reprodução da força de trabalho como mercadoria fictícia, em referência a suas políticas sociais; à escala dominante do Estado, se existente; e ao mecanismo predominante de coordenação das relações sociais. Compreendem, respectivamente: i) a substituição da intervenção keynesiana, orientada para a demanda, por ações orientadas para o lado da oferta e visando o incremento da competitividade e o estímulo à inovação; ii) a subordinação da política social à econômica, com pressões baixistas no salário social e a mudança de foco do pleno emprego para a “plena empregabilidade”, levando a relações de trabalho mais flexíveis e uma transição do bem-estar para o *workfare*; iii) a relativização da escala, implicando a clara perda de primazia da escala nacional – por significativa que continue a ser – sem que outra assuma importância comparável; iv) o maior papel da governança como mecanismo de correção das falhas de mercado e Estado, acompanhada pelo crescente recurso do Estado à metagovernança – que opera à sombra da hierarquia.

Um ponto transversal à abordagem e secundado por vários autores (BARROW, 2005; WISSEN; BRAND, 2011; HIRSCH; KANNANKULAM, 2011; HIRSCH, 2003; HARMES, 2006; DEMIROVIĆ, 2011; BONEFELD, 2010) refere-se a uma guinada do poder de Estado, desde a década de 1980, no sentido de atender aos interesses capitalistas. Não se trata de um desmonte do Estado em termos mais gerais, mas sim de um desmonte do Estado do pós-guerra e a construção de uma nova forma estatal cujos efeitos reproduzem (ainda mais) a relação do capital. O impacto desta nova configuração da acumulação – que transcende a contribuição específica da forma estatal – é bem conhecido⁹. Foi possível sustentar tal modelo durante certo período sem que houvesse crises sociais e contestações sociais da ordem vigente mais amplas. Sem adentrar o assunto ou tentar especificar a contribuição relativa de cada fator, decerto foram importantes neste processo a mobilização do discurso que “não há alternativa”, o crescente recurso ao endividamento como forma de manter os salários estagnados de grande parte da população e a importação de produtos industriais baratos do Leste Asiático. De toda forma, foi possível nestes termos regularizar a acumulação de capital e garantir a legitimidade e hegemonia do poder desta nova forma estatal.

Contudo, adentrada a crise e ausente qualquer resolução da mesma minimamente no interesse da maior parte da população, a forma estatal e o regime de acumulação vigentes são crescentemente contestados – vide o crescimento de movimentos de protesto como o *Occupy* e o *Indigandos* e, ainda mais, as vastíssimas mobilizações em Portugal que sugerem uma recusa ampla à relação do Estado tal qual lá posta. Sugere-se que isto possa ser pensado nos termos das estratégias e relações hegemônicas do período, particularmente quanto a sua combinação de consentimento e coerção e ao papel que os retornos materiais às classes subordinadas desempenhou. Aventa-se a hipótese de que o maior alijamento da população dos canais do poder político tenha enfraquecido a capacidade hegemônica do Estado – isto é, na medida em que a população se sente cada vez mais incapaz de

⁹ Provavelmente o trabalho mais indicativo em termos dos impactos sobre a desigualdade é o de Duménil e Lévy (2004).

influenciar o poder de Estado e na medida em que os governos que se sucedem mostram-se profundamente similares, essa mesma população passa a questionar a relação social do Estado e não aceitar “as regras do jogo”¹⁰. Ou seja, um Estado que se torna cada vez mais um Estado do capital não consegue manter as relações hegemônicas e tem que resultar a uma escalada repressiva – obter o consentimento é cada vez mais difícil. A situação agrava-se com a crise, uma vez que a margem de manobra para a concessão de retornos materiais é severamente reduzida, em especial nos países mais afetados. O ponto é que o Estado, pesando exageradamente seu aspecto de capitalista coletivo ideal, reduz sua capacidade de agir (ou melhor, ser visto) como garantidor da coesão social. Não mais capaz de passar como a representação de um certo interesse coletivo, tampouco se abre o mínimo necessário à influência popular para que a população consinta com seu poder. Os resultados desta situação estão, naturalmente, em aberto, mas pode-se dizer que se trata de corrosão da hegemonia pela orientação excessiva para interesses capitalistas.

Não obstante, mesmo sua capacidade como capitalista coletivo fragiliza-se. A primeira razão para tanto já foi mencionada, e refere-se à redução de suas capacidades hegemônicas. Um segundo ponto associado de perto é decorrência de o Estado orientar-se para dar maior expressão aos interesses capitalistas, contribuindo para que cada vez mais relações sociais se vejam sujeitas à dinâmica da acumulação e mercantilizadas (o que naturalmente se estende para o seio do próprio Estado). Ocorre que dar plena expressão à relação do capital é também dar plena expressão a suas contradições e tendências de crise. Como já se expôs, a acumulação depende de uma combinação complexa de relações internas e externas à forma valor; a maior dominância ecológica do econômico, assim, embora tenha conseguido atender aos interesses capitalistas por várias décadas – e parece fora de dúvida que o período pós-1980 marca uma retomada do poder capitalista –, necessariamente o fez às custas de um acúmulo de desequilíbrios e instabilidades que desembocaram na presente crise. Tornando quase um apêndice do capital, a forma estatal contemporânea arrisca ser incapaz de salvar o capital dele próprio. Desta forma, a restauração da acumulação parece demandar alguma orquestração diferente dos custos da relação do capital: ou alguma maneira minimamente menos exploratória ou, em prospecto mais negativo, a recrudescência da exploração e o aguçar de um grande fractal de formas de desigualdade e marginalização segundo eixos diversos (espaciais, étnicos, de gênero, de classe e afins). Neste caso, seria de se esperar o recurso cada vez mais frequente à repressão das populações excluídas combinado a um discurso que legitime e naturalize tal exclusão.

¹⁰Wissen(2009) propõe argumento similar para a escala transnacional. Sugere que por ter seletividades estratégicas fortes demais em benefício dos interesses capitalistas, particularmente se sediados nos países mais poderosos, atores subalternos tendem a não reconhecê-la como um foro legítimo e assim desenvolvem estratégias de “*scalejumping*” para evitá-las. Nestes termos, não é uma escala muito capaz de servir como eixo de relações hegemônicas por não conseguir obter um mínimo de consenso das classes e populações subalternas, sobrando apenas (ou principalmente) a possibilidade de relações mais cruas de dominação.

Um último ponto a este respeito trata da relação entre o poder de Estado e o setor financeiro. Embora se desaprove qualquer interpretação que explique a presente crise em termos principalmente de negociatas e ilegalidades de agentes do mercado financeiro, não se deve, tampouco, menosprezar a especificidade da relação que se estabeleceu entre Washington e Wall Street (com semelhanças em outros países). Jessop aborda a questão em termos de um “capitalismo político” prenhe de negócios escusos com autoridades políticas (JESSOP, 2013a), mas para os presentes propósitos dois pontos bastam. O primeiro, é que os Estados de países desenvolvidos, particularmente os EUA, orientaram-se sobremaneira no sentido de garantir as rendas financeiras. Não se quer com isso reproduzir uma distinção enganadora entre finanças e a “economia real”, mas sim indicar que os Estados buscaram garantir em especial as rendas das formas monetárias e financeiras do capital e atender aos agentes a elas associados. E isso se deu (entre outros) através de uma forte e direta interação entre representantes financeiros e estadistas, incluindo rotação de pessoal, o que levou à influência desmedida dos interesses dos setores financeiros no poder de Estado – curto circuitando parte das negociações e do arranjo político que potencialmente ajusta os interesses das várias frações e formas do capital. O que leva ao segundo ponto: como dito anteriormente, o interesse do capital em geral é diferente da soma dos interesses dos vários capitais, e manter a acumulação requer a eliminação de certos capitais, o refrear dos interesses de outros e uma série de estruturas que busquem regularizar a acumulação através de uma concertação dos vários elementos do circuito do capital. Para usar uma expressão poulantziana, para o Estado servir como capitalista coletivo ideal ele deve manter uma certa distância dos vários capitais em particular – deve ter autonomia relativa. Sua orientação excessiva no sentido das formas financeiras pode ter vindo às custas da incapacidade de atender às demandas mais amplas da acumulação que ora se apresentam (e sem dúvida envolvem, de algumamaneira, uma reforma do sistema monetário e financeiro internacional)¹¹.

Outra questão que se levanta é que uma dimensão da crise está associada a uma forma de regularizar a acumulação que dá demasiada expressão ao lado abstrato das várias formas do capital (JESSOP, 2002a, 2006d, 2010b). A prevalência das formas financeiras do capital, ou as diversas e conflitantes formulações sobre financeirização, é um tema que ocupa a atenção de vários estudiosos, mas a questão parece mais bem tratada sob o prisma de uma preponderância mais ou

¹¹Nestes termos, não se trata da *incapacidade* de o poder de Estado servir para contrariar interesses de frações financeiras do capital, mas sim que a correlação de forças que embasa o poder de Estado não tem interesse em fazê-lo e nem é compelida a tanto por forças opostas. “Assim, para Poulantzas, a incapacidade de os Estados nacionais controlarem os mercados mundiais teria muito menos que ver com qualquer suposta “ingovernabilidade” do capital global móvel que com contradições de classe reais dentro de blocos nacionais de poder, que são crescentemente moldados pelo próprio processo de internacionalização. Se nos perguntarmos por que não se chega a um acordo para impor uma tarifa de transação modesta para reduzir o fluxo especulativo de “hot money” pelo globo que se dá em detrimento de condições estáveis para a produção, por exemplo, a resposta certamente haverá de ser encontrada nas próprias contradições internas ao capital que na simples incapacidade de os Estados controlarem o capital financeiro” (JESSOP, 2002b, p. 197).

menos generalizada do polo abstrato da contradição entre valor e valor de uso, expressa em toda uma gama de relações sociais (JESSOP, 2002a, p. 16-21, 2001, p. 87-90, 2007, p. 38). Já se mencionou como isso transcorre no âmbito do Estado, que pesa em sua dimensão de capitalista coletivo frente à fator de coesão social; a título de exemplo, chama-se a atenção para mais alguns desenvolvimentos correlatos. Em primeiro lugar, o conhecimento: cada vez mais tido como propriedade intelectual privada, e não “*intellectual commons*”. Além de uma afronta à herança comum da humanidade, isto implica um problema sério para a acumulação, posto que o conhecimento é um insumo de importância crescente nos diversos ramos produtivos, particularmente os mais dinâmicos – e é necessário que seja em partes conhecimento de livre circulação pronto para ser integrado às forças produtivas. E, em termos mais gerais, como a inobservância das necessidades de fixidez espaço-temporais do capital leva à incapacidade de regularizar a acumulação de uma maneira mais estável. Associado a isso, tem-se a inexistência de uma fixação espaço-temporal contemporânea, isto é, a delimitação e compatibilização das espacialidades e temporalidades principais do circuito do capital e seus suportes políticos ou extraeconômicos – o que agrava ainda mais a instabilidade e reduz as possibilidades de resolução de conflito¹². Naturalmente, o ônus destes desequilíbrios decorrentes da tendência a se privilegiar os aspectos abstratos do capital recaem sobre os trabalhadores e trabalhadoras: a moeda tendendo a se afirmar como dinheiro mundial hipermóvel reduz sua capacidade de bancar políticas sociais domésticas, os salários afigurando-se como custo de produção deixam de poder funcionar como um ciclo virtuoso no crescimento do mercado interno, e os fluxos internacionais de capitais em busca de diferenciais de custo e rendas jogam para o trabalho a variável de ajuste do ciclo econômico.

Voltando-se para a dimensão internacional, é também observável a presença de uma série de desequilíbrios econômicos e políticos que participaram da evolução da crise e pautam o cenário mais amplo da economia política global. A ausência anteriormente apontada de uma fixação espaço-temporal, e ainda mais a relativização da escala, têm também impactos neste aspecto. A articulação da acumulação ao longo de crescente número de temporalidades e escalas, de maneira que perpassa uma multiplicidade de Estados e regiões e segundo ritmos incompatíveis com aqueles tradicionalmente associados à política, dificulta garantir os suportes extraeconômicos do capital – particularmente quando envolvem a cooperação de diferentes ordens políticas e o ajuste de lapsos temporais fortemente comprimidos ou distendidos. Nas palavras de Jessop,

A crescente complexidade das relações de tempo-espaço-escala agravam questões relacionadas à improbabilidade da acumulação de capital em termos da compossibilidade e cogredência de suas condições econômicas e extraeconômicas de existência. Pois, se a relação do capital deve ser estabilizada em mais lugares, espaços e escalas e ao longo de horizontes temporais de ação crescentemente tanto comprimidos como estendidos, então fixações parciais devem ser encontradas para os problemas da

¹² Como exemplo, a esse respeito, observa-se a necessidade de concertação internacional no âmbito europeu para a adereçar a crise e no âmbito internacional para adereçar os desequilíbrios comerciais, financeiros e migratórios.

coexistência de conjuntos de relações sociais bastante diferentes com distintas condições de existência e dinâmicas (compossibilidade) e para o entrelaçar de seus diferentes ritmos e horizontes temporais e espaciais dentro de um dado conjunto de matrizes espaço-temporais (que se pode denominar, estendendo a análise de Whitehead para além de seu significado original, questões de *cogrediência*) (JESSOP, 2007, p. 187).

Não obstante, o ponto que parece mais importante na dimensão internacional trata de uma determinada divisão do trabalho que levou às “codependências patológicas” entre espaços do Leste Asiático (especialmente a China) e os países avançados (especialmente os EUA). Estes desenvolvem um regime de acumulação supostamente baseado no conhecimento, com trabalho qualificado, inovação constante, economias de escopo e de rede levando à produção de bens de grande valor agregado e conteúdo tecnológico. Na prática, contudo, este modelo levou a uma polarização dos rendimentos e qualificações, dividindo um pequeno número de empregos mais qualificados e com altos salários de uma grande massa precarizada. Ausente um forte multiplicador de empregos nos setores dinâmicos e mecanismos de espraiamento dos ganhos salariais, duas possibilidades se abrem para a manutenção do consumo da população em geral. Em primeiro lugar, uma escalada do endividamento – com óbvios problemas de longo prazo caso não venha acompanhada, no devido tempo, de aumentos de produtividade do trabalho e salários. E, em segundo lugar, a redução do preço da cesta de consumo. Neste ponto que entra a dependência com relação ao Leste Asiático, capaz de fornecer bens industriais baratos produzidos com baixos salários. Por sua vez, o modelo de crescimento destes países não está baseado no mercado interno, mas sim na compressão do consumo doméstico e na exportação maciça, donde também dependem da Europa e EUA.

A chamada economia do conhecimento e as frações do capital mais de perto associadas ao sistema financeiro mostraram-se incapazes de sustentar um regime que distribua minimamente os ganhos salariais e rendimentos associados à inovação. Assim, em vista de certo esgotamento do modelo de endividamento crescente, e salvo na hipótese de uma transformação radical do sistema que reoriente e ressignifique seus vários elementos, parece haver no horizonte o recrudescimento da repressão e o desenhar de novas formas de marginalização e exclusão.

Nestes termos, sugere-se que a abordagem do capitalismo variegado seja uma maneira proveitosa de se olhar para os desequilíbrios globais, posto que toma como princípio explanatório claro a interligação das várias formações sociais na reprodução do mercado mundial como horizonte último da produção capitalista. A relativização da escala, interligando economicamente várias espacialidades distintas sem um circuito sociopolítico complementar que concorra para canalizar a acumulação em uma fixação espaço-temporal manejável, leva a um mercado mundial que se reproduz através da multiplicação de desequilíbrios que, ao invés de se cancelarem, se somam. E isso é compungido pela posição ecologicamente dominante dos EUA, em vista de sua orientação neoliberal superlativamente desatenta às interdependências substantivas da economia global. Outrossim, a dependência cada vez maior em sua posição estruturalmente superior na

hierarquia econômica global, a oferecer ganhos de senhoriação pela emissão da divisa-reserva do sistema internacional, sugere uma hegemonia decadente que se baseia muito mais em uma forma específica de dominação econômica que em uma liderança que integre subsidiariamente seus aliados.

Como um último movimento, menciona-se a importância das estratégias de convencimento e dos elementos ideacionais no processo de interpretação, gestão e resposta à crise. A questão segue em grande medida por explorar, e o intuito aqui é apenas apontar alguns pontos de interesse que podem ser resgatados da economia política cultural. A perspectiva parece interessante por integrar, em um mesmo arcabouço, elementos semióticos e extrasemióticos, com proposições claras sobre o impacto diferenciado de cada conjunto ao longo do desenrolar do processo. Abre-se a possibilidade de investigar a reflexividade estratégica dos diversos grupos à medida que a crise evoluiu e se transforma, e como diferentes elementos discursivos e não discursivos são mobilizados nesta esteira. Pode-se observar, de um lado, como a crise passou a (tentar) ser interpretada como causada pelo endividamento público excessivo, para o que se mobilizou uma série de argumentos técnicos, a exemplo do caso Reinhardt e Rogoff, e um forte apelo a uma noção de economia moral – na linha de ser necessário austeridade para pagar pelos excessos anteriores. De outro, há também a mobilização popular de resposta, que ficou famosa pela retórica contrária aos 1% e tem alternado estratégias com grande velocidade (até o momento incapaz de produzir transformações de maior monta). À medida que a crise se transforma, os discursos e estratégias também se modificam reflexivamente e concorrem para moldar a trajetória desta crise e as possibilidades de transformações futuras. Até o momento, o que se observa é uma tentativa de recomposição capitalista baseada em largos benefícios estatais para o grande capital, cortes de políticas sociais, reduções salariais, reformas privatizantes do Estado e flexibilizações trabalhistas – associado a um discurso que busca naturalizar esses desenvolvimentos, apresentá-los como a única alternativa factível e culpar estilos de vida (“os gregos são preguiçosos”) e gastos estatais excessivos pela situação. Não se deve desconsiderar o impacto específico que essas estratégias de convencimento e legitimação têm na tentativa de aproveitar a crise para uma restauração capitalista – seguramente não respondem por toda a eficácia da ofensiva capitalista, mas tampouco são epifenômenos determinados pelas condições estruturais de poder (com origem política, econômica e afins) de que desfrutam.

A longa citação a seguir exemplifica o tipo de abordagem que parece capaz de lançar luz sobre as estratégias atualmente em voga e, por consequência, pensar alternativas de contestação:

Ainda que a crise tenha aberto espaço para discursos, projetos e práticas sub- e contra-hegemônicos, a tendência geral que emerge da interpretação e resposta prática à crise tem sido o fortalecimento do projeto neoliberal às custas de limites moderados (e necessários em termos do capital) na acumulação dominada pelas finanças. [...] [C]rucialmente, gigantes industriais e financeiros privados, excessivamente

alavancados e endividados, puderam através de conexões de “*cronycapitalism*”¹³ despejar ativos tóxicos nos Estados, com base na capacidade de os mesmos criarem moeda fiduciária suportada por seus poderes de taxaço e monopólio da coerção organizada. Pelo fato de que a quantidade de ativos tóxicos largamente excedeu as capacidades imediatas de geração de renda dos Estados em questão, contudo, isso abriu espaço para demandas de cortes drásticos nos gastos estatais com “direitos” e bem-estar social. Neste contexto, a “histeria do déficit” que se fabricou é um excelente (conquanto desastroso) exemplo de como imaginários econômicos podem moldar a gestão de crises. Com isso, redirecionou-se a atenção da crise no setor financeiro e na economia real (mas privada) para o setor público, tratando a questão em termos de endividamento soberano acumulado, gastos estatais insustentáveis e empregos públicos. Outro efeito foi a concentração e centralização do poder político nas mãos de elites econômicas e políticas, com a extensão do acordo entre os partidos políticos principais restringindo o espaço para o debate e a responsabilização democrática a um conjunto limitado de alternativas. Isso desviou a atenção de questões mais básicas sobre o desenhar de instituições e, mais radicalmente, das relações sociais básicas que reproduzem as tendências de crise e moldam suas formas (JESSOP, 2013b, p. 20-12).

6 Comentários finais

Ao invés de intentar apresentar os principais argumentos deste texto, ele próprio já consideravelmente resumido, encerra-se com um nota sobre a estratégia política que a análise recomenda. Se nossas reflexões vão no sentido certo, observa-se atualmente ampla crise do capital – entendida como a incapacidade de reproduzir as relações sociais que sustentam o processo da acumulação – e, concomitantemente, a tentativa de resolvê-la através de uma ofensiva capitalista com ataques aos trabalhadores e mudanças incrementais nos regimes de acumulação e formas estatais vigentes. Não obstante, por mais que os interesses capitalistas tenham, de fato, prevalecido até o momento, não está nada claro que as estratégias em voga serão capazes de restaurar a acumulação em um padrão mais ou menos estável – não se vê qualquer tentativa mais séria de pôr a termo os vários desequilíbrios que se acumularam no período precedente. As perspectivas de uma saída dentro da ordem que minimamente avançassem as condições da população em geral são ainda menos prováveis: ao que tudo indica, as resoluções capitalistas parecem basear-se em redobrada exclusão, manutenção de privilégios e repressão. Neste cenário, sugere-se que uma resposta popular e trabalhadora possa ser proveitosamente encaminhada com as seguintes diretrizes gerais.

Em primeiro lugar não cabe, naturalmente, à classe trabalhadora buscar tentativas de salvar ou restaurar o capitalismo. Se não está claro que os setores capitalistas conseguirão fazê-lo, isso deve configurar uma oportunidade de lutar pela transformação radical, e não a busca por acordos ou reformas minimalistas. Sugere-se que, em linhas gerais, as estratégias contestatórias devem orientar-se para a demonstração da incapacidade de atingir certos objetivos sociais compartilhados sob a ordem presente – e evidenciar como isso se dá pela dominância ecológica da relação do capital. A título de exemplo, pode-se explorar como a economia do conhecimento tem grande capacidade inovadora e pode liberar uma série de potencialidades humanas, mas que sua sujeição à dinâmica da acumulação invariavelmente gera, no agregado, desemprego, intensificação do

¹³ O termo, que originalmente visava os países do Leste asiático com forte participação estatal no processo de industrialização tardia, tem difícil tradução direta – seria algo na linha de capitalismo de convivência ou compadrio. De toda forma, busca indicar conexões escusas entre autoridades políticas e interesses capitalistas privados.

trabalho, polarização dos rendimentos e a privatização da herança intelectual comum da humanidade. Como, por outro lado, a produção industrial contemporânea parece depender inevitavelmente de compressão salarial e condições desumanas de trabalho, tem-se um impasse – e pode-se explorá-lo para demonstrar que não estão dadas as condições de, dentro do capitalismo, atingir objetivos consensuais mínimos como níveis aceitáveis de emprego e compartilhamento de ganhos de produtividade. A partir disso, poder-se-ia propor transformações radicais que resolvessem tais problemas concretos apontados e, ao mesmo tempo, encaminhassem a necessidade de novas revoluções. Trata-se de explorar a máxima “sejamos realistas: peçamos o impossível”, informada por análises que esgarcem as (im)possibilidades humanas sob o capitalismo atual¹⁴. Por fim, qualquer proposta de contestação e transformação mais ampla deve ter fortes laços internacionais ou transnacionais – a produção, as finanças e as redes de poder capitalistas abarcam o mundo inteiro, e todo desafio às mesmas, se também não o fizer, estará sujeito a seletividades estratégicas fortemente prejudiciais.

7 Referências

- BARROW, C. W. The return of the state: globalization, state theory, and the new imperialism. *New Political Science*, v. 27, n. 2, p. 123-145, 2005.
- BONEFELD, W. Free economy and the strong state: some notes on the state. *Capital & Class*, v. 34, n. 1, p. 15-24, 2010.
- BRENNER, N. *New state spaces: urban governance and the rescaling of statehood*. New York: Oxford University Press, 2004a.
- _____. Urban governance and the production of new state spaces in Western Europe, 1960–2000. *Review of International Political Economy*, v. 11, n. 3, p. 447-488, 2004b.
- _____. Open questions on state rescaling. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 2, n. 1, p. 123-139, 2009.
- BRENNER, N.; JESSOP, B.; JONES, M.; MACLEOD, G. (eds.). *State/space: a reader*. Oxford: Blackwell Publishers, 2003.
- DEMIROVIĆ, A. Materialist state theory and the transnationalization of the capitalist state. *Antipode*, v. 43, n. 1, p. 38-59, 2011.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *Capital resurgent : roots of the neoliberal revolution*. Cambridge: Harvard University Press, 2004. vi, 249 p.
- HARMES, A. Neoliberalism and multilevel governance. *Review of International Political Economy*, v. 13, n. 5, p. 725-749, 2006.
- HIRSCH, J. Elements of a materialist theory of state. *International Journal of Politics*, v. 7, n. 2, p. 9-82, 1977.
- HIRSCH, J. The state's new clothes: NGOs and the internationalization of states. *Rethinking Marxism*, v. 15, n. 2, p. 237-262, 2003.
- HIRSCH, J.; KANNANKULAM, J. The spaces of capital: the political form of capitalism and the internationalization of the state. *Antipode*, v. 43, n. 1, p. 12-37, 2011.

¹⁴O recente aumento das demandas por transporte público livre é um bom exemplo. Trata-se de um modelo preferível sob qualquer ponto de vista possível: é menos custoso (cerca de metade da receita das empresas de ônibus são gastas com cobrança), proporciona ganhos de escala, reduz o tempo de transporte para todos os modais e pessoas e configura importante passo para a garantia do direito à cidade. Contudo, as relações econômicas e políticas que fazem associar ganhos capitalistas privados aos financiamentos de campanha – o determinante essencial do acesso aos cargos de Estado –, bem como a manutenção de uma estrutura social hierarquizada e desigual, tornam o transporte livre uma impossibilidade sob o atual regime. Lutar pelo mesmo é, portanto, uma reforma de potencial transcendente.

- JESSOP, B. *The capitalist state*. Marxist theories and methods. New York: New York University Press, 1982.
- _____. Accumulation strategies, state forms and hegemonic projects. *Kapitalistate*, v. 10/11, p. 89-111, 1983.
- _____. *Nicos Poulantzas: Marxist theory and political strategy*. Hong Kong: Macmillan, 1985.
- _____. *State theory: putting the capitalist state in its place*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- _____. Towards a Schumpeterian workfare state? Preliminary remarks on post-Fordist political economy. *Studies in Political Economy*, v. 40, p. 7-41, 1993.
- _____. Interpretive Sociology and the dialectic of structure and agency. *Theory, Culture & Society*, v. 13, n. 1, p. 119-128, 1996.
- _____. The crisis of the national spatio-temporal fix and the tendential ecological dominance of globalizing capitalism. *International Journal of Urban & Regional Research*, v. 24, n. 2, p. 323-360, 2000.
- _____. State theory, regulation, and autopoiesis: debates and controversies. *Capital & Class*, n. 75, p. 83, 2001.
- _____. *The future of the capitalist state*. Cambridge: Polity Press, 2002a.
- _____. Globalization and the national-state. In: ARONOWITZ, S.; BRATSIK, P. (eds.). *Paradigm lost: state theory reconsidered*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002b. p. 185-220.
- _____. Time and space in the globalization of capital and their implications for state power. *Rethinking Marxism*, v. 14, n. 1, p. 97-117, 2002c.
- _____. Putting hegemony in its place. *Journal of Critical Realism*, v. 2, n. 1, p. 138-148, 2003.
- _____. Fordism and post-Fordism. In: JESSOP, B.; SUM, N.-L. (eds.). *Beyond the regulation approach: putting capitalist economies in their place*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006a. p. 58-89.
- _____. Fordism, post-Fordism and the capitalist state. In: JESSOP, B.; SUM, N.-L. (eds.). *Beyond the regulation approach: putting capitalist economies in their place*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006b. p. 90-119.
- _____. Neo-conservative regimes and the transition to post-Fordism. In: JESSOP, B.; SUM, N.-L. (eds.). *Beyond the regulation approach: putting capitalist economies in their place*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006c. p. 123-151.
- _____. Rescaling regulation and governance in a global age. In: JESSOP, B.; SUM, N.-L. (eds.). *Beyond the regulation approach: putting capitalist economies in their place*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006d. p. 271-295.
- _____. *State power: a strategic-relational approach*. Cambridge: Polity Press, 2007.
- _____. The continuing ecological dominance of neoliberalism in the crisis. In: SAAD-FILHO, A.; YALMAN, G. L. (eds.). *Economic transitions to neoliberalism in middle-income countries: policy dilemmas, economic crises, forms of resistance*. Abingdon: Routledge, 2010a. p. 24-38.
- _____. The 'return' of the national state in the current crisis of the world market. *Capital & Class*, v. 34, n. 1, p. 38-43, 2010b.
- _____. What follows neo-liberalism? The deepening contradictions of US domination and the struggle for a new global order. In: ALBRITTON, R.; JESSOP, B.; WESTRA, R. (eds.). *Political economy and global capitalism: the 21st century, present and future*. London: Anthem Press, 2010c. p. 67-88.
- _____. Rethinking the diversity of capitalism: varieties of capitalism, variegated capitalism, and the world market. In: LANE, C.; WOOD, G. (eds.). *Capitalist diversity and diversity within capitalism*. London and New York: Routledge, 2012a. p. 209-237.
- _____. The World Market, Variegated Capitalism, and the Crisis of European Integration. In: NOUSIOS, P.; OVERBEEK, H.; TSOLAKIS, A. (eds.). *Globalisation and European integration: critical approaches to regional order and international relations*. New York: Routledge, 2012b. p. 91-111.

- _____. The North Atlantic Financial Crisis and varieties of capitalism: a Minsky and/or Marx moment? And perhaps Max Weber too? In: FADDA, S.; TRIDICO, P. (eds.). *Financial crisis, labour markets and institutions*. New York: Routledge, 2013a. p. 40-59.
- _____. Recovered imaginaries, imagined recoveries: a Cultural Political Economy of crisis construals and crisis-management in the North Atlantic financial crisis. In: BENNER, M. (eds.). *Before and beyond the global economic crisis: economics, politics and settlement*. Cheltenham: Edward Elgar, 2013b. p. 234-254.
- _____. Variegated capitalism and the Eurozone crisis: *Modell Deutschland*, neo-liberalism, and the world market. In: NATIONAL BANK OF POLAND, National Bank of Poland Conferences, 2013c, Warsaw. 24 april 2013. 26 p. Disponível em: <http://www.nbp.pl/badania/seminaria_files/24iv2013.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2013.
- JESSOP, B.; BRENNER, N.; JONES, M. Theorizing sociospatial relations. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 26, n. 3, p. 389-401, 2008.
- JESSOP, B.; SUM, N.-L. (eds.). *Beyond the regulation approach: putting capitalist economies in their place*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006.
- _____. Cultural Political Economy: logics of discovery, epistemic fallacies, the complexity of emergence, and the potential of the cultural turn. *New Political Economy*, v. 15, n. 3, p. 445-451, 2010.
- JONES, M. Recovering a sense of political economy. *Political Geography*, v. 27, n. 4, p. 377-399, 2008.
- MÜLLER, W.; NEUSÜSS, C. The illusion of state socialism and the contradiction between wage labor and capital. *Telos*, v. 25, n. 25, p. 13-90, 1975.
- OFFE, C.; KEANE, J. *Contradictions of the welfare state*. 1st MIT Press. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1984. 310 p.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- _____. *State, power, socialism*. London: Verso, 2000.
- WISSEN, M. Contested terrains: politics of scale, the national state and struggles for the control over nature. *Review of International Political Economy*, v. 16, n. 5, p. 883-906, 2009.
- WISSEN, M.; BRAND, U. Approaching the internationalization of the state: an introduction. *Antipode*, v. 43, n. 1, p. 1-11, 2011.